

<b>NOVOS PROJETOS DE LEI ESTADUAL .....</b>	<b>2</b>
<b>INTERESSE GERAL DA INDÚSTRIA .....</b>	<b>2</b>
<b>QUESTÕES INSTITUCIONAIS .....</b>	<b>2</b>
<b>Alteração da Lei do Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná .....</b>	<b>2</b>
<i>PL 367/2022, de autoria da Procuradoria-Geral de Justiça/Ministério Público, que altera o inciso VI e parágrafo único, do artigo 2º, da Lei nº 12.241/1998 (Lei do Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná) e dá outras providências.....</i>	
<b>SISTEMA TRIBUTÁRIO .....</b>	<b>2</b>
<b>Homologação de Decretos Estaduais que tratam sobre o RICMS.....</b>	<b>2</b>
<i>PDL 06/2022, de autoria da Comissão Executiva da ALEP, que homologa os Decretos do Poder Executivo nº 11.571, nº 11.572, nº 11.573, nº 11.574, nº 11.575 e nº 11.576, todos de 30 de junho de 2022, que alteram o RICMS.....</i>	
<b>MEIO AMBIENTE.....</b>	<b>3</b>
<b>Revogação da regulamentação das atividades de licenciamento, implantação e operação de aterros sanitários e industriais, no Estado do Paraná.....</b>	<b>3</b>
<i>PL 369/2022, de autoria do Dep. Ricardo Arruda (PL), que revoga a Lei nº 21.052/2022, que estabelece diretrizes e critérios para o licenciamento, implantação, operação e encerramento de aterros sanitários e industriais e para gerenciamento de resíduos sólidos, contemplando as atividades de transporte, coleta, armazenamento, tratamento e destinação final de resíduos sólidos, visando o controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais.....</i>	
<b>INFRAESTRUTURA SOCIAL.....</b>	<b>3</b>
<b>Criação do Cordão de Girassol como símbolo da pessoa com deficiência oculta .....</b>	<b>3</b>
<i>PL 364/2022, de autoria do Dep. Delegado Fernando Martins (REPUBLICANOS), que institui o Cordão de Girassol como símbolo e instrumento auxiliar na identificação de pessoa com deficiência oculta no Estado do Paraná.....</i>	

## NOVOS PROJETOS DE LEI ESTADUAL

### INTERESSE GERAL DA INDÚSTRIA

#### QUESTÕES INSTITUCIONAIS

##### **Alteração da Lei do Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná**

**PL 367/2022, de autoria da Procuradoria-Geral de Justiça/Ministério Público, que altera o inciso VI e parágrafo único, do artigo 2º, da Lei nº 12.241/1998 (Lei do Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Paraná) e dá outras providências.**

Altera a expressão "despesas de custeio" para "despesas correntes", da Lei do Fundo Especial do Ministério Público do Paraná, para aumentar o nível de detalhamento das categorias econômicas da despesa.

Na parte de "despesas correntes" mais abrangente (nestas incluídas os gastos com pessoal - vencimentos e encargos), optou-se por deixar explícito no texto legal, altera-se a vedação já existente de utilização dos recursos do Fundo em despesas "com pessoal e encargos sociais".

Suprime a limitação da utilização dos recursos do Fundo em até no máximo 50%.

Inserir o termo "vencimentos" no parágrafo único, para explicitar a vedação já existente de utilização dos recursos do Fundo em despesas "com pessoal e encargos sociais".

Esta proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: Recebido na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) – 03/08/2022

Fonte: Sistema Fiep

## SISTEMA TRIBUTÁRIO

##### **Homologação de Decretos Estaduais que tratam sobre o RICMS**

**PDL 06/2022, de autoria da Comissão Executiva da ALEP, que homologa os Decretos do Poder Executivo nº 11.571, nº 11.572, nº 11.573, nº 11.574, nº 11.575 e nº 11.576, todos de 30 de junho de 2022, que alteram o RICMS.**

Fica homologado os Decretos do Poder Executivo nº 11.571, nº 11.572, nº 11.573, nº 11.574, nº 11.575 e nº 11.576, todos de 30 de junho de 2022, que versam sobre a alteração do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de

Gerência de Relações Governamentais  
nº 22. Ano XVI. 04 de agosto de 2022

Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (RICMS).

Esta proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: Recebido na Diretoria Legislativa (DL) – 01/08/2022

Fonte: Sistema Fiep

## MEIO AMBIENTE

### **Revogação da regulamentação das atividades de licenciamento, implantação e operação de aterros sanitários e industriais, no Estado do Paraná**

**PL 369/2022, de autoria do Dep. Ricardo Arruda (PL), que revoga a Lei nº 21.052/2022, que estabelece diretrizes e critérios para o licenciamento, implantação, operação e encerramento de aterros sanitários e industriais e para gerenciamento de resíduos sólidos, contemplando as atividades de transporte, coleta, armazenamento, tratamento e destinação final de resíduos sólidos, visando o controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais.**

Revoga a Lei nº 21.052/2022, que versa sobre a regulamentação das atividades de licenciamento, implantação e operação de aterros sanitários e industriais, no Estado do Paraná.

A revogação da legislação, segundo a justificativa do PL, está pautada quanto a não promulgação da derrubada dos vetos pela ALEP, o que, segundo o autor, contraria a Constituição Estadual e o Regimento Interno da Casa.

Esta proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: Recebido na Diretoria Legislativa (DL) – 02/08/2022

Fonte: Sistema Fiep

## INFRAESTRUTURA SOCIAL

### **Criação do Cordão de Girassol como símbolo da pessoa com deficiência oculta**

**PL 364/2022, de autoria do Dep. Delegado Fernando Martins (REPUBLICANOS), que institui o Cordão de Girassol como símbolo e instrumento auxiliar na identificação de pessoa**

## com deficiência oculta no Estado do Paraná.

Institui o Cordão de Girassol como símbolo e instrumento auxiliar na identificação de pessoa com deficiência oculta no Estado do Paraná. O cordão será caracterizado por uma faixa estreita verde e estampada com figuras de girassóis.

Para os fins desta legislação, considera-se deficiência oculta aquela que tem impedimento de longo prazo, de natureza mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Os estabelecimentos públicos e privados devem orientar os servidores e colaboradores quanto ao significado do Cordão de Girassol, bem como proporcionar, na medida do possível, atendimento e suporte adequados.

Esta norma poderá ser regulamentada para garantir a sua execução.

Esta proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

Tramitação: Recebido na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) – 03/08/2022

Fonte: Sistema Fiep

**NOVOS PROJETOS DE LEI:** Publicação Semanal da Gerência de Relações Governamentais da Federação das Indústrias do Estado do Paraná - Fiep. Este material é protegido por direito autoral, e sua reprodução total ou parcial está autorizada, desde que realizada a devida citação de fonte, sendo proibida a exploração comercial do mesmo.